

ADENDO À CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2019/2021

SECI SIND. DOS EMPREGADOS COM. ATAC. VAREJ. ARM. TUR. HOS.AG. AUT. CART. IPATINGA, CNPJ n. 20.184.669/0001-98, neste ato representado(a) por seu Membro de Diretoria Colegiada, Sr(a). AURELIO MOREIRA DE SOUSA; e **SINDCOMERCIO - SINDICATO DO COMERCIO DO VALE DO AÇO**, CNPJ n. 38.517.512/0001-00, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE MARIA FACUNDES; celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de dezembro de 2019 a 30 de setembro de 2021 e a data-base da categoria em 01º de outubro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) dos **Empregados no Comércio**, com abrangência territorial em **Ipatinga/MG**.

CLÁUSULA TERCEIRA - Inclusão do parágrafo sétimo na Cláusula Décima Quarta, intitulada **ABONO**, que terá a seguinte redação:

Parágrafo Sétimo - O trabalhador que assinou documento de Oposição à Taxa Negocial, pessoalmente no SECI, em outubro de 2019, não terá direito ao abono determinado nesta cláusula referente ao ano de 2019 e pago em janeiro 2020, exceto os trabalhadores que pagam mensalidade sindical.

CLÁUSULA QUARTA - Acréscimo da cláusula sexagésima primeira intitulada "Feriados" na CCT 2019/2021, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Fica estabelecido que as empresas do comércio, conforme quadro de atividades previsto no Artigo 577 da CLT, com atividades na base territorial das entidades convenentes, não poderão utilizar mão de obra dos trabalhadores nos dias de feriados. Salvo se houver CCT firmada entre os sindicatos convenentes.

CLÁUSULA QUINTA - Re-ratificação do caput da cláusula vigésima, intitulada "Bonificação Social" que passará a vigorar com a seguinte redação:

Todo empregado do comércio varejista e atacadista de bens e serviços receberá da sua empregadora, a título de Bonificação Social, o valor de:

R\$245,00 (duzentos e quarenta e cinco reais) pela constituição válida de sociedade familiar, ou seja, constituição de casamento civil ou contrato matrimonial e

R\$17.000,00 (dezessete mil reais) pelo óbito.

CLÁUSULA SEXTA - Re-ratificação do parágrafo oitavo, Inciso I, da cláusula vigésima primeira, intitulada "Programa Assistencial" que passará a vigorar com a seguinte redação:

Inciso I - VALORES

R\$245,00 (duzentos e quarenta e cinco reais) pela constituição válida de sociedade familiar, ou seja, constituição de casamento civil ou contrato matrimonial, sendo paga em parcela única, começando a contar 30 (trinta) dias após o protocolo em uma das secretarias do Sindcomércio Vale do Aço dos documentos solicitados e



R\$17.000,00 (dezessete mil reais) pelo óbito, sendo paga em três parcelas iguais, mensais e consecutivas, começando a contar 30 (trinta) dias após o protocolo em uma das secretarias do Sindcomércio Vale do Aço dos documentos solicitados.

CLÁUSULA SÉTIMA - Re-ratificação das Alíneas **c, e, f, i e n** da cláusula décima oitava, intitulada "Parâmetros do Plano de Saúde" que passará a vigorar com a seguinte redação:

c) Para o custeio do benefício do plano de saúde, o empregado arcará com o pagamento de até 50% (cinquenta por cento) da mensalidade, não podendo ultrapassar o valor de R\$55,45 (cinquenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos), o restante da mensalidade será pago pela empresa.

e) A coparticipação, nas consultas eletivas será de, no máximo, R\$27,00 (vinte e sete reais) e nas consultas no pronto-atendimento será de, no máximo, R\$38,00 (trinta e oito reais). Nos exames será cobrado o valor máximo de até 40% (quarenta por cento) do valor de cada procedimento, limitado a R\$120,00 (cento e vinte reais).

f) Faculta-se ao empregado incluir seus dependentes legais no plano de saúde, sendo permitido ao empregador descontar o valor integral da mensalidade dos dependentes, até o limite de R\$110,90 (cento e dez reais e noventa centavos) por dependente, bem como as coparticipações correspondentes, mediante autorização prévia e por escrito do empregado, nos termos da Súmula 342, do Tribunal Superior do Trabalho.

i) O valor máximo dos descontos mensais do funcionário e seus dependentes, a título de coparticipação e franquia de internação, não poderão ultrapassar R\$181,20 (cento e oitenta e um reais e vinte centavos). Os valores restantes serão descontados nos meses subsequentes, observando o limite de faturamento por funcionário.

n) Sem prejuízo das demais penalidades impostas nesta CCT, no ato da rescisão contratual, a empresa que não tiver aderido ao plano de saúde dentro dos prazos estabelecidos no Adendo à CCT 2011/2013, pagará ao funcionário, a título de indenização, o valor de R\$110,90 (cento e dez reais e noventa centavos) por cada mês que esse esteve desamparado dos benefícios do plano de saúde.

CLÁUSULA OITAVA - REGISTRO

E para que se produzam seus efeitos jurídicos, a presente Convenção Coletiva de Trabalho foi lavrada em duas vias de igual teor, registradas na Gerência Regional do Trabalho e Emprego de Ipatinga.

Por estarem certos das cláusulas acima assinam esta Convenção em 1º (primeiro) de novembro de 2019.


AURELIO MOREIRA DE SOUSA
Membro de Diretoria Colegiada

SECI SIND. DOS EMPREGADOS COM. ATAC. VAREJ. ARM. TUR. HOS. AG. AUT. CART.
IPATINGA


JOSÉ MARIA FACUNDES
Presidente
SINDCOMERCIO - SINDICATO DO COMERCIO DO VALE DO AÇO